

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N.º 02 DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAS – CPICARCE.

Requerimento n.º , de 2007.
(Dos Srs. Carlos Sampaio e João Campos)

Requer a convocação, na qualidade de testemunha, do General **CÂNDIDO VARGAS FREIRE** e do Sr. **ERNESTO ROLLER**, respectivamente, Secretários de Segurança Pública do Distrito Federal e de Goiás.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que sejam convocados, na qualidade de testemunhas, o General **CÂNDIDO VARGAS FREIRE** e o Sr. **ERNESTO ROLLER**, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que, como Secretários de Segurança Pública do Distrito Federal e de Goiás, os mesmos detêm informações importantes sobre a atuação do crime organizado e o aumento da criminalidade na RIDE – Região Integrada do Distrito Federal e Entorno, situação especialmente em destaque nos meios de comunicação nacional, tendo em vista o fato ocorrido em 19 de setembro de 2007, quando um jornalista do Jornal Estado de Minas foi baleado, enquanto trabalhava numa reportagem investigativa sobre o assunto.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pelo Jornal Correio Braziliense em 19 de setembro de 2007, em matéria assinada pelos jornalistas Thomaz Pires, Evie Gonçalves e Cecília de Castro, além de amplamente divulgado por todos os meios de telecomunicação nacionais:

“Jornalista do Estado de Minas é baleado no Entorno do DF
19/09/2007
20h50-O jornalista do Estado de Minas Amaury Ribeiro Júnior, responsável pela série de reportagens sobre a violência no Entorno do Distrito Federal,

publicadas no Correio Brasiliense, foi baleado na tarde desta quarta-feira, durante apuração de uma matéria. O repórter estava na Cidade Ocidental (GO), localizada a cerca de 45 quilômetros de Brasília, quando sofreu o ferimento perto da bexiga. Ainda não se sabe se os tiros tinham o repórter como alvo, ou se ele foi vítima de uma bala perdida. De acordo com informações preliminares, bandidos seriam os responsáveis pelo tiroteio, próximo a um bar da região. Amaury foi encaminhado ao Hospital Regional do Gama. Segundo o HRG, seu estado de saúde é estável. Ele está consciente.

Secretário diz que Entorno é um "barril de pólvora"

O repórter visitava a Cidade Ocidental há mais de um mês para apurar as reportagens do especial "Tráfico, Extermínio e Medo". Nesse período, ele entrevistou familiares de vítimas da violência e também jovens envolvidos com o tráfico na região. As ameaças surgiram no decorrer das apurações, o que fez o jornalista realizar as visitas em carros sem a identificação do jornal.

O governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, informou ao secretário de Segurança Pública do DF, Cândido Vargas Freire, sobre o crime. Por volta das 19h30, Vargas recebeu um telefonema do chefe do Executivo. "Acabei de tomar conhecimento que um repórter do Correio Brasiliense foi baleado na barriga. Vou acionar a Polícia Federal e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)", disse. Por meio de sua assessoria de imprensa, Arruda afirmou ter solicitado apoio às autoridades do DF e de Goiás para que os culpados sejam encontrados.

O secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller, considerou o fato lamentável. "É um absurdo que um cidadão seja vítima de uma violência brutal como essa, no momento em que está trabalhando. O nosso objetivo é lutar pela integridade física de qualquer cidadão", afirmou. Segundo Roller, "a Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a polícia do Estado vão tomar todas as providências para que a elucidação do caso se dê o mais rápido possível. Os culpados serão punidos", enfatizou.

O Ministério da Justiça confirmou o pedido de ajuda do DF. Segundo a assessoria de imprensa do órgão federal, o ministro Tarso Genro e Arruda vêm fortes indícios de atentado. Ele solicitou ainda que o pedido do governador seja oficializado para não haver cruzamento de investigação. Segundo o secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Antônio Carlos Silva Biscaia, o crime terá tratamento especial. "O jornalista estava cumprindo seu dever e, por isso, terá tratamento prioritário", afirma.

Por mais de duas semanas, o Correio Brasiliense publicou histórias e números relativos à violência na região do Entorno. A série mobilizou o governo distrital, que iniciou um diálogo com o Estado de Goiás para resolver o problema. Além disso, a União estabeleceu como prioridade o combate ao crime no Entorno do DF e no Rio de Janeiro. Cerca de 500 homens da Força Nacional deverão ser enviados aos municípios goianos para compor a força tarefa. " (grifo nosso)

Com relação às matérias publicadas pelo Correio Brasiliense relativas à violência na região do Entorno do Distrito Federal, chamamos a atenção para a notícia divulgada no Jornal citado do dia 15 de setembro, sábado passado, que diz:

“Tráfico, Extermínio e medo

As seis cidades com maior índice de criminalidade do Entorno receberam apenas R\$ 81 milhões do governo federal nos últimos seis anos. Gastos correspondem a 30% da média nacional

(Correio Braziliense): Lúcio Vaz

O repasse de recursos da União para investimentos em municípios do Entorno sul nos últimos seis anos mostra que a região nunca foi prioritária para o governo federal. Os gastos em obras de interesse social nos municípios de Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama estão muito abaixo da média nacional. Foram R\$ 81 milhões no período – uma média de R\$ 101 por habitante. Isso corresponde a 30% da média nacional, que ficou em R\$343 por habitante, calculada com base num investimento total de R\$61,7 bilhões a partir de 2002. Não foram considerados no levantamento gastos com pessoal, custeio e manutenção da máquina do governo.

O dinheiro foi aplicado em obras de esgoto sanitário, infra-estrutura urbana, melhorias e construção de casas populares, implantação de unidades de saúde, urbanização de assentamentos urbanos e rurais, quadras esportivas, aquisição de patrulhas mecanizadas, melhorias de escolas e criação de centros de inclusão digital.

Ajudou, mas ficou muito abaixo das necessidades de uma região pobre, com infra-estrutura precária, atendimento deficiente nas áreas de saúde e educação e alto índice de desemprego. Ingredientes que geram uma explosão de violência.

Desde a semana passada, série de reportagens publicadas pelo Correio mostra que 41 adolescentes foram assassinados na região neste ano. O número chega a 150 se contabilizados homicídios de jovens de 19 a 26 anos.

O levantamento dos repasses diretos para os municípios não abrange os investimentos em segurança pública. O dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública é transferido da União para os governos estaduais, que fazem a distribuição entre os municípios. Os recursos podem ser aplicados em aquisição de patrulhas, abrigo para policiais, armamento e equipamentos. Entre 2003 e 2007, foram repassados R\$ 22,1 milhões desse fundo para o estado. A Secretaria de Segurança de Goiás não soube informar quanto desses recursos foram aplicados na região do Entorno.

Considerando toda a Região Integrada do Distrito Federal e do Entorno (Ride), que engloba 41 municípios, a média de investimento da União foi um pouco mais elevada. Foram R\$181 milhões para uma população de 1,3 milhão de pessoas – média de R\$139 por cidadão. A distribuição dos recursos da União por município mostra que a média de investimento é menor em Luziânia (R\$73 por cidadão) e em Valparaíso (R\$ 65 por cidadão). Águas Lindas, um dos municípios mais violentos da região, tem média de R\$90 por pessoa – apenas 28% da média nacional.

(....)

O levantamento do Correio considerou a execução orçamentária de cada ano, que ficou em torno de 11% do valor empenhado (contratado), mais os “restos a pagar” de orçamentos de anos anteriores. Na soma das duas formas de pagamento, foi executado, em média, o valor correspondente a

74% dos empenhos. Pesquisa feita pelo site Contas Abertas em todo o Orçamento da União para 2007 encontrou vários programas de trabalho destinados à Ride, no total de R\$ 34,5 milhões. Desse valor, nada foi pago com o Orçamento de 2007. Existem apenas “restos a pagar” quitados no valor de R\$ 2,1 milhões.

“FHC X LULA

Como o levantamento realizado pelo Correio inclui o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, é possível fazer uma comparação com a administração petista. Em 2002, em valores atualizados pelo IGP-DI, o governo FHC investiu R\$60,4 milhões na Ride, sendo R\$20,7 milhões no Entorno sul. No primeiro ano do governo Lula, a Ride recebeu apenas R\$ 11,2 milhões, sendo R\$3,3 milhões no Entorno sul. Na média dos quatro anos do primeiro mandato petista, os investimentos ficaram em R\$28,3 milhões para toda a Ride, ou R\$ 14,1 milhões para o Entorno sul.”

O fato reveste-se de seriedade e envolve questão preocupante a respeito da ação de criminosos na região do Entorno, o que comprovadamente cresceu nos últimos anos, ao mesmo tempo em que o repasse de recursos por parte do Governo Federal diminuiu de forma espantosa. A oitiva dos Secretários de Segurança do Distrito Federal e de Goiás tem importância indiscutível para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro e todas as causas que têm impossibilitado que a Lei de Execuções Penais seja cumprida com êxito e confiabilidade.

Assim sendo, tanto o General **CÂNDIDO VARGAS FREIRE**, quanto o Sr. **ERNESTO ROLLER**, são testemunhas indispensáveis aos trabalhos que esta CPI se propõe a fazer, motivo pelo qual requeremos a sua convocação, a fim de que compareçam a esta Casa e sejam ouvidos na qualidade de testemunhas, prestando devidamente os compromissos, nas formas do inc. II do art. 36 do RICD e § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

Sala da Comissão, de outubro de 2007.

**Deputado JOÃO CAMPOS
PSDB/GO**